

CARNEIRO LEÃO: A EDUCAÇÃO POPULAR E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Silva, Josie Agatha Parrilha (Especialização – UEM)
Machado, Maria Cristina Gomes (Professora – UEM)

O objetivo deste trabalho é conhecer a proposta de Carneiro Leão (1887 - 1966) para a formação de professores. Todavia, não é possível compreendê-la isoladamente da proposta do autor de difusão da educação popular e nem desvincular as mesmas das necessidades sociais do Brasil, no início do século XX. Assim, buscou-se apresentar as suas idéias, tomando-se por base as transformações pelas quais a sociedade brasileira atravessava no período apontado acima. Carneiro Leão, ao defender a organização de uma educação para as classes populares diferente da educação livresca ofertada pelos estados brasileiros, propunha a organização nacional do ensino sob a responsabilidade do Estado. No entanto, insistia na necessidade de primeiro realizar uma reforma geral da Escola Normal para, em seguida, iniciar a reforma do ensino nacional. A mudança para ele só ocorreria quando os professores assumissem uma nova postura quanto ao conteúdo e ao método utilizado nas escolas.

Elegeu-se, como fonte de investigação, o livro *Problemas de Educação* (1918), organizado a partir de artigos publicados nos jornais *O País* e *Jornal do Comércio*. E entre estes, foram selecionados onze artigos, que tratam sobre a formação de professores: *Carta Aberta ao Conselheiro Rodrigues Alves*; *A Educação no Brasil*; *Conselho Nacional de Educação - Ao Congresso Federal*; *O Congresso Federal e a Educação Primária*; *Conselho Superior de Ensino e Conselho Nacional de Educação*; *A Educação em São Paulo*; *Um Apelo - Ao Exmo Sr. Dr. Wenceslau Braz*; *A Reforma do Ensino Normal*; *Estágio Escolar*; *Livros Didáticos e Da Higiene Escolar*.

Este trabalho foi organizado em três partes, na primeira, fez-se uma contextualização do período, destacando as transformações sociais, econômicas, políticas e educacionais pelas quais o país atravessava. Na seqüência, a biografia do educador Carneiro Leão e, na terceira, apresentou-se

sua proposta educacional, enfatizando aquelas relativas à formação de professores. Buscou-se mostrar que as propostas de Carneiro Leão estavam em sintonia com as questões que se discutiam em sua época, e que o aspecto fundamental delas era a defesa da escola pública, organizada e mantida pelo Estado.

1- Transformações Sociais do Período e a Educação

Acredita-se que, para a compreensão das propostas educacionais de Carneiro Leão, é preciso conhecer sua vida e obra dentro do contexto em que ele vivia. Assim, procura-se apresentar, inicialmente, o panorama social, econômico, político e educacional do período delimitado, o qual compreende o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, anteriores à publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

No final do século XIX, o país principiava o regime político republicano (1889), denominado Primeira República ou República Velha. Sua política era baseada na descentralização do poder. Aos poucos, foi se acentuando o caráter oligárquico do novo regime e sua estabilidade política. No sistema econômico, permaneceu a predominância do sistema agrário, sendo o café o produto de maior destaque, não obstante surgissem as primeiras indústrias e ocorresse o crescimento urbano. Com relação ao ensino, manteve-se a tendência em defender a difusão do ensino popular para a formação do cidadão, discussão já iniciada no período monárquico. De um lado, foi se intensificando, por alguns intelectuais e políticos, a defesa do Estado responsabilizar-se pela educação, principalmente pela instrução primária. De outro, com o regime republicano, a política de ensino baseava-se na não intervenção do Estado na educação.

Em meio a esta discussão sobre centralização *versus* descentralização, foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1891). Esta, de caráter descentralizador, deixou a instrução primária a cargo dos estados e, no Distrito Federal, aos municípios. Com esta orientação, ficou sob a responsabilidade do Governo Federal o ensino superior e secundário, apesar de não ter exclusividade neste. Os analfabetos

continuaram excluídos do voto, pois o artigo 70 determinava que só poderiam votar os cidadãos maiores de 21 anos, sendo, contudo, impedido de voto e de se candidatarem a cargos políticos os mendigos, os analfabetos, os soldados rasos do exército e os religiosos (BARBOSA, 1946). Nem mesmo a Constituição conseguiu encerrar a discussão em torno da intervenção do Estado na educação. Assim, durante toda a República Velha, permaneceu o debate sobre a necessidade de uma educação nacional e, muitos intelectuais faziam a defesa do Estado encarregar-se da oferta de uma escola laica, obrigatória e gratuita para o povo. Visto ser essa uma “tendência mundial do início do século de constituir-se o Estado - Nação” (SCHELBAUER, 1998, p. 95).

A educação brasileira, no início do século XX, permanecia praticamente a mesma do período monárquico, basicamente humanista, salvo algumas iniciativas isoladas. A orientação descentralização do ensino reforçava a continuidade desta educação, na medida em que o Estado continuava voltado para o ensino secundário e superior, sendo as universidades destinadas às elites. E, ao povo, cabia contentar-se com o ensino primário, que “se processava, no entanto, irregularmente, segundo as grandes diferenças de nível econômico e cultural entre os diversos estados da União” (AZEVEDO, 1996, p. 621).

Ao considerar-se que o Brasil não vivia isolado do restante do mundo, fica mais fácil compreender o que se passava aqui ao se buscar o entendimento das transformações que ocorriam no mundo e, em especial, na Europa. Naquele continente, o capitalismo vivia uma nova fase, o Imperialismo, marcada pela grande concentração da produção e do capital nas mãos de grupos cada vez menores. Com o desenvolvimento industrial e de monopólios, foi ocorrendo um aumento da produção e os produtos não eram totalmente absorvidos no interior dos países que os industrializavam. Por outro lado, não havia espaço para todos os trabalhadores nas indústrias, gerando baixos salários, desempregos e o crescimento da miséria. O Imperialismo caracterizava-se, portanto, pelo monopólio de pequenos grupos e excesso de produção, de um lado, e pela falta de trabalho e miséria de outro, acirrando a crise capital

versus trabalho. Uma das soluções encontradas pelas potências capitalistas foi à exportação de capital financeiro e humano para os países não industrializados que, em troca, deveriam fornecer matéria-prima e consumir seus produtos. Contudo, esta dominação das potências capitalistas não se manteve de forma pacífica, os países industrializados se organizaram, de um lado França, Inglaterra e Rússia e, de outro, Alemanha e o Império Austro-Húngaro. Estes dois blocos entraram em choque, provocando a Primeira Guerra Mundial (LEMME, 1984).

A dificuldade de importação de produtos, devido à guerra, favoreceu o crescimento das indústrias brasileiras, gerando maior necessidade de mão-de-obra, o que contribuiu para acentuar a preocupação nacional com o ensino para os trabalhadores. Dentre os diferentes segmentos da sociedade que se ocupavam com tal questão, destacam-se, os industriais, que formavam a burguesia brasileira em franca ascensão. Eram, sobretudo, dois fatores que provocavam o interesse deles pela educação: para operar o sistema industrial havia necessidade de instrução e a alfabetização garantiria o direito de voto. Parte da burguesia acreditava que, através do voto dos trabalhadores, poderia conquistar mudanças políticas, o que colaboraria para a defesa de seus interesses e consolidação do seu poder. O capitalismo vai se desenvolvendo no Brasil e com ele as novas relações de trabalho, intensificando o processo imigratório, o qual contribuiu, de um lado, para o crescimento das cidades e, de outro, para o desenvolvimento da *consciência de classe* dos operários. A maioria desses imigrantes era de origem européia e asiática. Com a crescente industrialização e urbanização, visualizaram-se diversas transformações, entre estas: o trabalho assalariado, o aumento da população urbana, a divisão do trabalho e a formação de novas camadas sociais. Na medida em que a sociedade ficava mais complexa, diversificaram-se as profissões e ampliaram-se as classes sociais, surgindo, de maneira desarticulada, a classe média, formada por diversos ramos profissionais.

De acordo com Carone (1977), apesar do crescimento das indústrias brasileiras, estas foram atingidas por intensas crises, principalmente às indústrias têxteis. Algumas fábricas reduziram o horário de trabalho, demitiram

operários e chegaram ao extremo de fechar parcial ou totalmente suas portas. Em meio a estas dificuldades e sentindo-se ameaçados, os operários, que já possuíam alguns sindicatos organizaram diversos movimentos grevistas, entre os anos de 1917 e 1918. A criação, em 1918, do Departamento Nacional do Trabalho marcou o início das discussões trabalhistas entre governo, industriais e operários no Brasil.

Ao final da Primeira Guerra Mundial, as potências capitalistas vencedoras estabeleceram a partilha da maior parte do território do planeta, para poderem dominar e explorar, sistematicamente, os países não industrializados. Encontrando-se o Brasil entre os países dominados, obtinha empréstimos com altas taxas de juros, devendo, em troca, fornecer matéria-prima e adquirir os produtos e mão-de-obra excedentes. Assim, a partir da década de 20, o Brasil passou a sentir, mais intensamente, a crise capital *versus* trabalho. Aos poucos, vão surgindo novos pensamentos e teorias para explicar e solucionar esta crise, movimentos políticos, sociais, correntes ideológicas e culturais, muitas delas transportadas nas bagagens dos imigrantes europeus que para cá se dirigiram. Destacaram-se, entre estes movimentos: o sindicalista, o nacionalista, o católico, o anarquista e o modernista, com a realização da Semana de Arte Moderna em 1922. Muitos intelectuais e políticos se colocavam a favor da necessidade de modernização da sociedade brasileira, acentuando a defesa da educação como resposta a esta problemática. Nesse período, foi difundida fortemente a crença de que a educação poderia contribuir para civilizar e modernizar a sociedade. Modernizar e civilizar eram palavras de ordem no mundo imperialista, onde capital e trabalho não tinham fronteiras. A maior preocupação educacional relativa à extensão do ensino popular, com ênfase na alfabetização, aos poucos, voltou-se para a organização do ensino, através de novos métodos e técnicas que garantissem qualidade à educação escolar. Ao ganhar força a proposta de que esta deveria formar a mão-de-obra nacional especializada, começa-se a pensar no ensino profissionalizante, o qual visava à profissionalização através do ensino técnico.

As reformas de ensino na Europa - Inglaterra, Alemanha e França - somadas às transformações políticas e econômicas no Brasil - progressos na exploração agrícola, alta nos preços do café e o surto industrial criaram condições para a *fermentação de novas idéias*, culminando com o movimento reformador da cultura e da educação (NISKIER, 1996). Em conseqüência, a década de 1920 foi marcada pelo *entusiasmo* de educadores e por reformas estaduais que buscavam atender ao novo sistema econômico e à demanda social, com ênfase na reestruturação do ensino. Em atendimento, ainda, à política estadualista e à descentralização do ensino, diversas reformas foram implementadas na década de vinte, a nível estadual e tiveram um caráter individualista, na medida em que agrupavam idéias de um único ou de um pequeno grupo de educadores (NISKIER, 1996). Seguiram-se as reformas: Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1922-23); Francisco Campos, Minas Gerais (1927-1928); Fernando de Azevedo, no antigo Distrito Federal (1927-30); Anísio Teixeira, na Bahia (1924) e no Distrito Federal (1932-1935); Lisímaco Costa, no Paraná (1927-28); Carneiro Leão, no antigo Distrito Federal (1922-26) e em Pernambuco (1928-30).

A queda do preço do café, em 1926, e o *crack* da bolsa de Nova Iorque, em 1929, contribuíram para a crise do café e o enfraquecimento econômico no Brasil, gerando *déficits* orçamentários, empréstimos externos e conseqüentes altas no custo de vida. Na tentativa da reorganização econômica, buscou-se diminuir a produção agrícola para exportação e investir no mercado interno, favorecendo a industrialização. Neste quadro econômico, ocorreram mudanças políticas, entre estas, a *quebra* da aliança Minas - São Paulo, abrindo espaço para a organização de partidos contrários à política vigente. Fortaleceu-se a aliança entre o grupo industrial e militar (NAGLE, 1976). Em meio a todo este conflito econômico, político, social e ideológico, ocorreu o golpe militar e, em 1930, Getúlio Dorneles Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório, dando início à República Nova ou *Era Vargas*. Nesse mesmo ano, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Na seqüência, os educadores participantes da Associação Brasileira de Educação (ABE) convocaram uma Conferência Nacional, visando pressionar o governo a definir

e assumir uma política nacional para a educação. Realizou-se, então, a 4ª conferência convocada pela ABE, que teve como tema: *As Grandes Diretrizes da Educação Popular*. Foi elaborado um documento destinado ao povo e ao governo, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Documento que tinha como proposta a criação de um sistema educativo que atenderia às novas diretrizes econômicas e sociais, a chamada Escola Nova. O Manifesto conseguiu reunir as propostas de vários educadores, dando certa unidade entre os pensadores da educação brasileira. Dentre elas, concretizou-se uma das principais propostas de Carneiro Leão, que era a organização da educação popular em nível nacional. Cabe ressaltar que ele não assinou o documento, mas contribuiu para difundir a necessidade de criar escolas para o povo.

2-Vida e Obra de Carneiro Leão

Antonio de Arruda Carneiro Leão nasceu em dois de julho de 1887, na capital de Pernambuco, Recife. Seus pais, Antonio Carlos Carneiro Leão e Elvira Cavalcanti de Arruda Câmara Carneiro Leão, eram de família tradicional e culta; o pai foi um poeta e seu tio, Laurindo Leão, professor de Filosofia do Direito. Concluiu seus estudos primário e secundário em Recife e iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito nessa mesma cidade. Em sua formação, recebeu grande influência do positivismo, contribuindo com sua maneira de entender os problemas da sociedade, entre estes os da educação, e ainda na valorização das ciências. Em 1909, escreveu *A Educação*, na qual sugeria a difusão do ensino pelo Estado, bem como apresentava idéias para a renovação escolar. Esse livro originou-se de sua conferência pronunciada no I Congresso de Estudantes, em São Paulo, como vice-presidente da delegação acadêmica da Faculdade de Direito do Recife.

Formou-se, Carneiro Leão, em Direito, em 15 de dezembro de 1911, obtendo distinção em todas as matérias. Após sua formatura, passou a exercer o magistério e o jornalismo em Recife. Entre os anos de 1915 a 1916, Carneiro Leão realizou conferências no Rio de Janeiro e em São Paulo, assumindo que estava em campanha a favor da educação popular. Pode-se perceber a preocupação de Carneiro Leão com a crise que o mundo e o Brasil estavam

atravessando, e a crença de que a educação, ligada ao civismo e ao trabalho, contribuiria para superar essa crise e equiparar o país às nações mais desenvolvidas. Como resultado de suas conferências, lançou, em 1916, *O Brasil e a Educação Popular*. Neste mesmo ano, Carneiro Leão mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, além de exercer a advocacia, trabalhou como jornalista no *Jornal do Brasil*. Permaneceu em campanha em favor da educação popular, realizando inúmeras viagens, do Amazonas ao Paraná, proferindo conferências e publicando artigos. Em 1918, publicou o livro *Problemas de Educação*, composto por um conjunto de idéias que foram apresentadas e discutidas durante quatro anos no *Jornal do Comércio* e em *O País*. Essas idéias antecederam à discussão sobre a educação popular, que enfatizava a obrigatoriedade escolar, a extinção do analfabetismo e a necessidade de discussão de um novo sistema educacional, que contribuísse com a educação para o trabalho. Em 1922, escreveu o livro *Os deveres das novas gerações brasileiras*, que foi publicado apenas em 1923. Neste, levantou as “preocupações nacionais [...] as necessidades da nossa civilização e as imposições da nossa vida política, econômica mental e social” (LEÃO, 1923, p. 13).

Carneiro Leão ocupou o cargo de diretor-geral da Instrução Pública de novembro de 1922 a novembro de 1926, no Governo de Arthur Bernardes. Na tentativa de transformar a educação do Distrito Federal em modelo para o país, imprimiu-lhe uma diretriz científica, bem como procurou dar melhor preparação para o professor. Para isso organizou, pioneiramente, cursos de aperfeiçoamento para o magistério e atividade docente ligada à realidade; utilizou laboratórios e oficinas; preocupou-se com a higiene, a assistência social, a saúde e a educação física. Em 1924, solicitou a Heitor Lyra que o ajudasse no projeto de reforma do ensino técnico e, dois anos após, com a renovação dos programas primários. Nomeou 20 escolas pelo nome de países, na maioria europeus, com o intuito de promover a fraternidade e a solidariedade entre as nações, em contraposição à guerra, pois acreditava que dirigentes e educadores deveriam *direcionar a educação para o entendimento*

internacional. Ainda no ano de 1924, ao lado de Heitor Lyra e de outros educadores, fundou a ABE, permanecendo como presidente de 1924 a 1925.

Em 1928, Carneiro Leão a convite do então governador Estácio Coimbra elaborou a reforma de ensino do estado de Pernambuco, oficializada pelo Ato nº 1.237 de 27/12/1928. Nesse projeto, entre as muitas inovações, fica evidente a organização do sistema educacional com prioridade para o que se entendia como qualidade e eficácia: introdução de métodos ativos; cientificação no ensino; modernização da atividade escolar; grande preocupação com a higiene, tanto dos estudantes quanto dos prédios, cuidados com saúde e educação física; ensino de sociologia no curso normal; nomeação de diretores e professores; obrigatoriedade da freqüência; adoção de livros e medidas coercitivas para o sistema escolar, inclusive para os estabelecimentos particulares, os quais foram equiparados ao sistema estadual (NAGLE, 1976). Sua reforma tinha como objetivos gerais: qualificação de mão-de-obra voltada para atividades práticas que despertassem na criança o gosto pelo trabalho, a partir do jardim de infância e primário. E, ao introduzir a sociologia nos programas, demonstrou sua preocupação quanto ao papel que a escola deveria desempenhar frente às reformas sociais e ao progresso. A reforma proposta por Carneiro Leão estava em sintonia com as demais reformas, porém, para Nagle (1976, p. 203), destacou-se na medida em que estabeleceu “para a administração escolar uma esfera de atribuições de natureza técnico-pedagógicas, em outras palavras, separaram-se os setores propriamente *administrativos* dos setores propriamente *técnicos*”.

Engajado na política do país, em 1929, Carneiro Leão assumiu o cargo de secretário da Justiça e Negócios Interiores do Estado de Pernambuco, voltando-se, principalmente, às questões educacionais. Em 1930, perdeu seu cargo quando os militares assumiram o poder e derrubaram, além do presidente Washington Luís, o governador pernambucano Estácio Coimbra. Com isto, sua reforma, como a maioria das outras não teve grande durabilidade. Ele voltou ao Rio de Janeiro, dedicando-se, novamente, à sua carreira de advogado e jornalista.

Após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, tomado como marco de delimitação desta monografia, Carneiro Leão continuou a dedicar-se à causa educacional. Desenvolveu diversas atividades e ocupou diferentes cargos. Foi professor de várias disciplinas, desde Filosofia, em Recife, à Educação Comparada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Guanabara. Foi membro do Instituto Arqueográfico e Geográfico Pernambucano, diretor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz e diretor do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no período de 1931 a 1933. Recebeu convite para fazer parte da Academia Brasileira de Letras, onde tomou posse em primeiro de setembro de 1945. Foi criador e diretor do Centro de Pesquisas Pedagógicas da Faculdade Nacional de Filosofia, e membro do Instituto Histórico e Geográfico, da cidade do Rio de Janeiro, bem como de outras instituições e institutos. Realizou, ainda, atividades no exterior, como, por exemplo, membro do Instituto de França, da Academia Francesa de Letras, ocupando a cadeira que pertenceu a John Dewey. Foi conferencista em diversas universidades pelo mundo, desde o Uruguai até a França.

Com relação ao jornalismo, foi fundador, em 1920, de *O economista*, revista de economia e finanças do Rio de Janeiro, redator dos jornais *O Pernambuco*, de Recife, *O País* e *Autores e Livros*, do Rio de Janeiro, e colaborador em diversas revistas do exterior. Contudo, sobre sua vida pessoal muito pouco se sabe, a não ser que foi casado com Sathie Augustine Manuelle, professora de língua e literatura francesa, da Faculdade Nacional de Filosofia.

Produziu uma bibliografia muito ampla: livros, análises literárias, biografias, artigos para revistas e discursos publicados em diversas áreas. Destacam-se as obras que se referem à questão educacional: *Educação; O Brasil e a Educação Popular; Pela Educação Rural*, conferência proferida em Curitiba; *Problemas de Educação; Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras; O Ensino na Capital do Brasil*, no Jornal do Comércio; *Organização da educação em Pernambuco*, justificção, lei orgânica, explicações e comentários; *A Reforma da Educação em Pernambuco*, conferência na ABE; *Introdução à Administração Escolar; A Educação nos Estados Unidos; Ideais e*

preocupações de uma época, no *Jornal do Comércio*; *Planejar e Agir*, *A Educação para o após guerra*, *Jornal do Comércio*; *A Educação para o Mundo Democrático*, MEC; *As Faculdades de Filosofia e a Cultura Brasileira*; *A área Cultural e a Tendência Presente para o Internacionalismo*; *Adolescência seus Problemas e sua Educação*; *Panorama Sociológico do Brasil*. Vários trabalhos seus foram traduzidos para o espanhol, francês e o inglês. Seguem outras obras suas: *Meus heróis*; *Panorama sociológico do Brasil*; *São Paulo em 1920*; *Palavras de fé*; *A margem da história da república*; *Ensaio das línguas vivas*; *Tendências e diretrizes da escola secundária*; *A sociedade rural*; *Fundamentos de sociologia*; *Pensamento e ação*; *Discursos na Academia Brasileira de Letras*; *O sentido da evolução cultural do Brasil*; *Visão panorâmica dos Estados Unidos*; *Nabuco e Junqueira*; *Poesia*; *O culto da ação de Verhaerem*; *Victor Hugo no Brasil*; *Clóvis Beviláqua, homem de letras, o filósofo, o sociólogo, o jurista*.

Araújo (2002, p. 121) afirmou que Anísio Teixeira considerava Carneiro Leão “um marco na história da educação brasileira, declarando que foi com ele que se iniciou a carreira do educador profissional, do administrador escolar, com formação filosófica e técnica apropriada”. Para complementar o perfil de Carneiro Leão, segue a definição feita por Araújo (2002, p. 122) sobre ele: “Homem de seu tempo, partilhou das idéias e ideais comuns aos grandes intelectuais de sua época, em particular, dos seus colegas educadores; vivenciou ambigüidades e contradições, ao lado da dignidade, honradez e compromisso com que abraçou as suas crenças.”

3-Proposta para a Formação de Professores:

Sendo o objeto deste estudo, as propostas de Carneiro Leão para a formação de professores, organizou-se as idéias em relação a este tema, contidas nos artigos já citados, que compõem o livro *Problemas de Educação*.

Carneiro Leão denunciava a realidade do ensino brasileiro. Um ensino clássico e livresco, voltado para a classe dominante e dentro desta, apenas os *filhos dos colonos* e os *nacionais ricos*. Preparava esta parcela da população para a política ou empregos públicos. Por outro lado, a maioria da

população, ou seja, os 80% restantes, permanecia distante do sistema de ensino e analfabeta. As poucas escolas primárias existentes não eram adequadas, pois submetiam a criança a uma disciplina rígida e à memorização excessiva, nelas, se aprendia apenas o suficiente para ler, escrever e executar as quatro operações. O Brasil, para o autor, deveria libertar-se da cultura clássica, que contribuía apenas para as profissões públicas. De nada adiantaria, segundo ele, estender este mesmo ensino ao povo, ou apenas alfabetizá-lo e aumentar o número de escolas, se os professores continuassem com o mesmo método e conteúdo. Era preciso uma nova educação, com nova metodologia e novos conteúdos. Para tanto, entendia ser fundamental criar condições para desenvolver uma nova mentalidade do professor, o que exigia um repensar sobre sua formação.

Para empreender estas reformas educacionais, havia necessidade do Governo Federal arcar com as despesas pois, os estados não teriam condições para tanto. De acordo com a Constituição de 1891, o ensino primário ficara a cargo dos estados e municípios, enquanto ao Governo Federal cabia a responsabilidade pelo ensino secundário e superior. Carneiro Leão criticava esta situação e questionava: se a República adotava a democracia, em tese o governo do povo, deveria preocupar-se com sua educação. Assim interrogava: “[...] por que conservar num governo do povo a ignorância do povo? Onde há democracia, num país de analfabetos?” (LEÃO, 1918, p. 21).

Carneiro Leão estava atento, ainda, à realidade mundial, onde ocorriam intensas transformações sociais, políticas, econômicas e educacionais. Ele acreditava haver uma relação entre o desenvolvimento das nações e a educação, por isto, entendia como fundamental que o povo tivesse uma educação adequada a este novo Brasil que se formava. Neste sentido: “É este o meu desejo: evidenciar a evolução humana, mostrando o papel da educação neste desenvolvimento, para indicar os processos de adaptação brasileira à hora presente do mundo” (LEÃO, 1918, p. VIII).

Por conhecer a educação em nível mundial, o autor relatava que os professores americanos (EUA) não podiam dedicar-se a outra profissão, deveriam ser exclusivamente professores e por isso, recebiam bons

ordenados. Sobre a preparação destes, colocou que os futuros professores, após concluírem o curso secundário, preparavam-se mais dois anos para se tornarem professores primários. Nestes dois anos estudavam Pedagogia, com ênfase na prática, essa formação assim distribuía-se: “primeiro ano, psicologia, história da pedagogia, filosofia da educação, desenho, economia escolar, princípios fundamentais do jardim de infância; segundo, método de ensino, pedagogia, psicologia aplicada” (LEÃO, 1918, p. 135). Carneiro Leão destacou que, na Argentina, o Curso Normal era de quatro anos. Nele, estudava-se: pedagogia, teoria e prática; prática de educação, trabalhos manuais e economia doméstica. Já, no Chile, a formação do professor era de cinco anos, sendo que, nos três últimos, eram oferecidos: pedagogia, prática de ensino e trabalhos manuais.

O autor tinha consciência da dificuldade de resolver o problema da educação popular, mas isto não justificava a criação de más escolas. Seria preciso, para garantir a educação do povo: “orientação, inteligência, esforço e dinheiro” (LEÃO, 1918, p. 211). Reconhecia que alguns estados brasileiros já estavam se preocupando com a organização do ensino e destacava o Ensino Normal dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Carneiro Leão acreditava que o estado de São Paulo era o mais adiantado em termos educacionais e já seguia os caminhos desta nova educação. O lema, *aprender a fazer, fazendo*, era utilizado na preparação de seus professores. Em sua formação, através do Ensino Normal, deveria o professor preparar-se para lidar com as crianças, por isto era fundamental conhecê-las. Assim, partia-se do conhecimento *físico, intelectual e moral dos alunos*, mediante as aplicações da pedagogia experimental e da psicologia. Por intermédio da pedagogia experimental, tinham conhecimento das condições físicas e mentais dos seus alunos. Nesse estado, buscava-se preparar o professor para o ensino prático e todas as disciplinas eram fornecidas desta maneira. Suas escolas possuíam gabinete de pedagogia experimental, escola de aplicação e jardim de infância. A escola de aplicação ou modelo servia para que os futuros professores pudessem colocar em prática seus conhecimentos, sob a supervisão de um professor responsável. São Paulo seguia a filosofia de

que mais valiam dez boas escolas, do que cinqüenta escolas desorganizadas. Por isso, algumas Escolas Normais, chegavam a ter de 6 a 8 horas de aula por dia. Bem como optou pela extinção do Normal noturno, a exemplo do Distrito Federal, e havia, ainda, grande interesse em organizar-se a Escola Normal Superior. Para o autor, este estado era o mais *empreendedor* do país, assim como o mais industrializado e sua educação caminhava de acordo com seu desenvolvimento, com “os cursos profissionais, preparando para diversas carreiras produtivas, o ensino manual das classes, os métodos modernos, criando, desde a escola primária, o amor pelas ocupações práticas” (LEÃO, 1918, p. 80).

A reorganização do Ensino Normal na capital do país, Rio de Janeiro, estava sendo feita sob bases progressistas. Carneiro Leão elogiou seu *programa de reforma*, inspirado na organização americana, o qual buscava introduzir os melhores métodos pedagógicos. Em uma de suas escolas já funcionava a Escola de Aplicação, anexa à Escola Normal, onde os futuros professores colocavam em prática os processos aprendidos. Nela, os alunos aprendiam utilizando *memórias visuais, táteis e auditivas*. Todavia, Carneiro Leão ressaltava a importância de ser colocado em prática esse programa: “resta agora é que este programa seja efetivamente executado, para que a Escola Normal do Rio, possa rivalizar com a de São Paulo - a melhor do Brasil, e uma das melhores da América do Sul” (LEÃO, 1918, p. 206). Enfim, Carneiro Leão aprovou este novo programa para a Escola Normal, com menos conhecimentos, mais prática e menor número de alunos por professor e acrescenta que “a reforma atual tem, realmente, por si, todas as vantagens práticas. Convém prestigiá-la [...] porque está na diretriz e orientação do que de mais perfeito existe. O seu programa é esplêndido” (LEÃO, 1918, p. 201).

Carneiro Leão elogiou o estado de Santa Catarina pelo tempo e idade para a conclusão do seu ensino. Através de lei estadual, não permitia às crianças ingressarem na escola antes dos sete anos, *salvo jardins de infância*, com isto, concluíam seus estudos aos 14 ou 15 anos. Ao terminarem essa etapa, tinham duas opções, trabalhar ou iniciar o Curso Normal, em Florianópolis. Possuía, ainda, o *estágio escolar e a seqüência entre os cursos*.

O estágio era feito após a conclusão do Curso Normal, no qual praticava-se um ano nos grupos escolares para, só depois, poder exercer o magistério.

Sendo o primeiro passo proposto por Carneiro Leão, a caminho de uma nova educação para o povo, a formação do professor, ele propôs a *reforma da Escola Normal sobre bases inteiramente pedagógicas*. Destacou sobre o Ensino Normal: seu programa, sua metodologia, o tempo de formação do professor e a obrigatoriedade do estágio. Mas tudo isto voltado ao objetivo de *ensinar a ensinar crianças*.

O Curso Normal, para atender aos objetivos da nova educação proposta por Carneiro Leão, deveria incluir, em seu programa, a *pedologia ou psicologia aplicada à educação*, bem como, disciplinas que contribuíssem para que os futuros professores aprendessem “a conhecer a criança e a ajudá-la na sua formação e na sua preparação para a luta da vida” (LEÃO, 1918, p. 135).

Carneiro Leão sugeria um ensino baseado em métodos mais objetivos e práticos, para torná-lo *mais intuitivo, mais prático e mais útil*. Deveriam, todas as disciplinas do programa, ser ensinadas *intuitivamente e pitorescamente*. Defendia a aplicação dos princípios pedagógicos atuais, sendo estes embasados na *psicologia infantil*, e na busca da compreensão das *necessidades intelectuais e afetivas da criança*. Com tais princípios, seria mais fácil “moldá-la, conduzi-la, interessá-la e prendê-la” (LEÃO, 1918, p. 221).

O autor acreditava na importância de maior tempo de formação para o Ensino Normal. O professor deveria preparar-se de dois a três anos, podendo concluir seus estudos aos 16 ou 17 anos. Carneiro Leão queria que o estágio fizesse parte da formação do professor. Por meio dele, o professor se prepararia para exercer o magistério, o “[...] estágio escolar é coisa muito séria, porque não se poderá nunca prescindir do tempo para a completa educação do homem” (LEÃO, 1918, p. 215). Como considerava importante a formação de novos professores, recomendava até mesmo para o estado de São Paulo, que enviasse alguns estudantes ao exterior, para estudos de aperfeiçoamento. Sugeriu que os estados brasileiros utilizassem a experiência dos professores paulistas para a formação de novos professores:

[...] é incontestável a vantagem que tem todo o Brasil em fazer diretores da instrução pública, pelos Estados, professores trazidos de São Paulo, com esse grande hábito de organização e conhecimentos dos vários processos e métodos estrangeiros, ou enviar para que se aperfeiçoem ali os seus próprios professores, como fez o Paraná. (LEÃO, 1918, p. 107-108)

Carneiro Leão acreditava que para que o professor pudesse garantir a eficácia desta nova proposta de ensino, deveria estar atento ao conteúdo a ser trabalhado, à saúde física e mental dos alunos e aos livros que seriam utilizados.

Havia necessidade de novos conteúdos para as escolas, e que esses se voltassem para o ensino prático e integral. A educação prática favoreceria indiretamente à educação moral e cívica, visto que, “as raças que trabalham, que agem, que sabem produzir, são fortes e vitoriosas [...]” (LEÃO, 1918, p. 38). Era contrário à criação da disciplina de educação moral e cívica, pois considerava o professor como o exemplo vivo de moral e civismo. O conteúdo desta disciplina faria parte de todas as matérias, História do Brasil, Geografia, etc. O professor deveria conhecer e estar preparado para o novo conteúdo que seria trabalhado nas escolas primárias, além de ensinar a ler e escrever, precisaria: “[...] solidificar a nacionalidade pela educação cívica, dar o amor às profissões práticas, pelo aprendizado do ensino manual; fazer do povo uma fonte produtora, ensinando a atividade, a dedicação pelo trabalho, pela iniciativa, pela ação útil” (LEÃO, 1918, p. 133). Pelas profissões práticas, prepararia o povo para trabalhar na indústria ou no comércio. Bastante preocupado com a vinda do homem do campo para a cidade, o autor sugeriu que as escolas rurais contribuíssem para “[...] incutir o amor dos campos e a diminuição do êxodo para as cidades - calamidade ameaçadora” (LEÃO, 1918, p. 133).

Para que o ensino fosse viabilizado, era necessário que o aluno estivesse em perfeita condição física e mental. O professor deveria estar atento às condições de higiene das escolas, que abrangiam: edificação, iluminação, mobílias, entre outros. Além da higiene adequada, o professor precisava conhecer os hábitos que ajudariam seu aluno a manter-se saudável, como o de

não deixar a criança horas seguidas sentada, evitando com essa medida, desvios de coluna. Deveria, ainda, ensinar à criança alguns princípios sobre saúde, ajudando-a a evitar e prevenir doenças. Poderia, também identificar algumas doenças de seus alunos, aplicando alguns testes, como o de visão, audição, entre outros. O resultados dos testes traria vantagens pedagógicas, uma vez que uma criança “antes classificada como desatenta poderia ter problemas auditivos, pois evidente é a necessidade de saber as possibilidades do aluno, para dirigi-lo eficazmente, medir a sua energia, para evitar o esforço desmedido, a fadiga mórbida” (LEÃO, 1918, p. 233). Recomendava, além disso, que se avaliassem as condições e possibilidades físicas, intelectuais e morais dos pequenos.

Era essencial que o professor tivesse conhecimento a respeito da importância do livro, pois, de acordo com Carneiro Leão, era grande a influência que o livro exercia sobre a formação da criança. Afirmava: “o livro, em que a criança aprende, deve ter um valor real para a formação do seu espírito e do seu caráter, e nunca servir de simples pretextos para o conhecimento do alfabeto e a capacidade de ler por cima” (LEÃO, 1918, p. 223). Neste sentido, os livros, além de ensinar a ler, instruíam a criança. Afirmava ainda, que era fundamental a influência do livro didático na formação moral e cívica do indivíduo e da nacionalidade. Para tanto, era preciso conhecer o *espírito infantil*, assim seriam capazes de “compreender as suas necessidades e o seu interesse, prendendo-o nos assuntos, fazendo-o sentir e preparando-o para pensar” (LEÃO, 1918, p.220).

Carneiro Leão ao defender a organização do ensino pelo Estado, argumentava a necessidade de criar escolas e subvencioná-las com um programa determinado e com uma direção estabelecida. Para isto, dever-se-ia inicialmente conhecer a realidade brasileira e suas necessidades, saber qual a população a ser atendida e o número de escolas necessárias. A seguir, viria a preparação de professores, para capacitá-los para organizar a educação pública, de acordo com estas necessidades, e estendendo as medidas adotadas para toda a nação. Caberia, ainda, ao Estado responsabilizar-se financeiramente pela educação popular, pois era necessário desenvolver o

ensino primário e levá-lo a todas as regiões do país. Carneiro Leão não acreditava que apenas os recursos municipais, por maiores que fossem, pudessem ser *suficientes para extinguir o analfabetismo*.

Devido à importância da preparação do professor, Carneiro Leão sugeriu a criação do Ensino Normal Federal, que não eliminaria as escolas estaduais, apenas viria se somar a elas. Considerava fundamental para o desenvolvimento do país que o Estado se voltasse para a educação popular, expandindo o ensino primário. Afirmava a esse respeito: “Não percebo, para o engrandecimento nacional, melhor meio de afirmação que a educação popular” (LEÃO, 1918, p. 41).

Fica evidente que as propostas de Carneiro Leão, para a educação popular, dão destaque à formação do professor primário para que este possa, efetivamente, contribuir com esta nova educação. Pois o considerava fundamental para o ensino brasileiro: “do mestre depende diretamente o sucesso do ensino e é pela organização de um bom professorado que se vai fazer uma boa educação” (LEÃO, 1918, p. 133).

Este estudo se propôs transportar o leitor ao período vivido pelo educador Carneiro Leão na tentativa de compreensão de suas propostas educacionais, sob a perspectiva da formação de professores, no início do século XX. Para isso, foi importante mostrar, na primeira parte do trabalho, as intensas transformações ocorridas nos setores políticos, econômicos, sociais e educacionais do período e que estas mudanças se processavam em nível mundial, decorrentes, entre outros fatores, da efetivação do sistema econômico Imperialista e da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Em relação à economia, mantinha-se o país essencialmente agrícola, apesar das grandes crises iniciadas nesse setor. Com o surto industrial, vai se formando a classe operária e fortalecendo-se a dos industriais, a burguesia em ascensão. Com relação à política, continuava esta sob o poder das oligarquias agrárias, apesar da burguesia ter iniciado alguns movimentos para tentar modificar esta situação. A Constituição republicana (1891) consolidou a diretriz descentralizadora da República, que atribuía ao Estado a responsabilidade apenas com a oferta do ensino superior e médio, tornando-se o ensino primário tarefa dos estados

brasileiros. Enfim, o ensino do país, em meio a este novo contexto, mantinha-se praticamente o mesmo do período anterior.

Na segunda parte do trabalho, realizou-se a biografia de Carneiro Leão. Onde se buscou demonstrar por meio de suas obras que ele teve uma vida dedicada à educação, levantando as dificuldades educacionais brasileiras e propondo soluções para as mesmas. Foi um dos primeiros a iniciar-se na carreira de educador profissional, segundo Anísio Teixeira.

Finalmente, na terceira parte, resgatou-se o livro *Problemas de Educação* e, desse livro, fez-se um recorte de sua proposta, destacando a formação do professor. Carneiro Leão propôs a “reforma da *Escola Normal* sobre bases inteiramente pedagógicas e a criação de uma escola modelo de aplicação” (LEÃO, 1918, p. 129-130), a fim de conseguir mestres e métodos para difundir a nova educação. A Escola Normal deveria ser prática, utilizar novas teorias e buscar conhecer as aplicações da pedagogia experimental, pois o objetivo era desenvolver a capacidade de ensinar. Propôs também que fosse criada a Escola Modelo anexa à Escola Normal, para que os professores pudessem escolher e aplicar os métodos mais adequados, praticando a metodologia aprendida.

A partir do que foi exposto, pode-se entender que as propostas educacionais de Carneiro Leão vinham ao encontro dos anseios e novas necessidades sociais do país. Ele acreditava que a educação poderia contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Para isso, entretanto, entendia ser necessária uma nova educação, que não apenas extinguisse o analfabetismo, mas que tornasse o homem apto a assumir seu papel frente à sociedade, pela modernização do trabalho. Esta nova educação deveria realizar-se por intermédio de novas escolas, novos professores, programas e métodos. A educação, neste sentido, era apontada como fundamental para adaptar o homem à nova realidade brasileira, à sociedade burguesa industrial, contribuindo para que o país se tornasse uma nação moderna e desenvolvida. Nas propostas de Carneiro Leão, havia, ainda, consenso quanto à defesa do Estado como responsável pela educação, possibilitando inferir, que suas propostas tinham como fundamento à defesa da escola pública. Enfim,

Carneiro Leão foi um educador de destaque, o que justifica conhecer-se um pouco mais a respeito de sua obra e seus projetos educacionais, enfatizando a sua proposta para a formação de professores.

Referências

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antonio de Arruda Carneiro Leão. In: FÁVERO, M. L. A e outros (Org.) **Dicionário de educadores no Brasil – da colônia aos dias atuais**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ MEC-Inep-Comped, 2002. p.114-122.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: Introdução ao ensino da cultura no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. UNP/Ed. UFRJ, 1996.

BARBOSA, Rui. A Constituição de 1891. In: **Obras completas**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, col. XVII, t.I., 1946.

CARONE. Edgard. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro-São Paulo: DIFEL, 1977.

LEÃO, Antonio Carneiro. **O Brasil e a Educação Popular**. Rio de Janeiro: Tip. Jornal de Comércio, 1917.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Os deveres das novas gerações brasileiras**. Rio de Janeiro: Soc. ed. de propaganda dos países americanos, 1923.

LEÃO, Antonio Carneiro. **Problemas de Educação**. Rio de Janeiro, 1918 (microfilme).

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira (1933) In: LEMME, Pascoal. **Memórias**. v. 4. Brasília: INEP, 1984. p. 251-277.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 1ª Reimpressão, São Paulo: E.P.U., 1976.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira - 500 anos de História 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

SCHELBAUER, Analete. **Idéias que não se realizam – O debate sobre a educação do povo, no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. O manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio/ago, 1984.